

As margens do progresso A expansão urbana de Londrina nas representações de moradores de um bairro popular as margens da cidade

The borders of progress The expand urban of Londrina in representations of residents of one popular district of a city in borders of the city

*André Camargo Lopes**

RESUMO

O objetivo deste artigo é apontar como a expansão do município de Londrina ao longo dos anos de 1950 e 1960 possibilitou o surgimento da Vila Paulista, hoje Jardim Paulista. Bairro que, somado a mais uma dezena de outros, surgiu a partir de um processo de desvalorização do solo em uma área de loteamentos no entorno da Avenida Brasília. Segue como abordagem deste processo, um conjunto de entrevistas realizadas com moradores antigos no bairro, definidos como moradores/fundadores. Propomos analisar o cotidiano destas famílias a partir das representações construídas nas falas destes moradores/fundadores a respeito do espaço social em uma perspectiva histórica em diálogo com a história local e a dicotomia do cotidiano destes moradores com a representação de Londrina como uma cidade progressista.

PALAVRAS-CHAVE: expansão urbana; identidade; representação social; memória; espaço social; Londrina; Brasil.

ABSTRACT

The objective this article is to point as the expand of the municipality of Londrina in long years 1950 and 1960 to possibility the rising of the Vila Paulista, today Jardim Paulista. District of a city how to sum the more one a set of ten of others, to appear for of a process of depreciation of the soil in the one area of allotment in pour of the Avenida Brasilia. To go chase abordage this process a conjunct of interviews achieved with ancients residents of the district of a city, definite as residents/founders. Proposed to examine the quotidian of these families for of yours representations to constructs in their talks these residents/founders about of the social space in a perspective historical at dialogue with local history and the dichotomy of the quotidian of this residents with the representation of Londrina as a progressist city.

KEYWORDS: expand urban; identity; social representation; memory; social space; Londrina; Brazil.

Na perspectiva de uma pesquisa historiográfica da formação do espaço social e de seus agentes sociais, devemos atentar que a ação cotidiana em sua mediação com o passado se dá em uma relação de reprodução e, sendo reprodução, devemos ter em mente que esta se constitui de forma transformadora. Essa ação transformadora do cotidiano revela a sua natureza conflituosa, em que indivíduos e grupos sociais estão em ação constante, estabelecendo significados às suas ações sociais. Sendo assim, é através do

* Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) / Brasil.

convívio social que se estabelece nos grupos um padrão de significados que ordenam suas relações internas e produzem suas regras de sociabilidade –sua “identidade” de vizinhança, o espaço familiar, suas estratégias de sobrevivência e outros fatores que coordenam o espaço conflitante da vida diária. É a partir desta ordenação social do cotidiano que abordaremos neste artigo o universo social que envolve a formação do indivíduo e do grupo, suas estratégias, formando uma realidade dotada de sentidos, na construção de um mundo intersubjetivo.

Ao analisarmos as representações que se consolidam numa estrutura social, devemos nos remeter também aos aspectos físicos do espaço em questão que se molda ao perfil humano que o compõem, fixando em suas estruturas os indivíduos. Partirmos, então, do princípio de que o espaço está para o tempo tal como o seu agente transformador, e ambos (homem e espaço) atuam na formação e representação dos conceitos, manifestando em seus agentes os valores sociais que estruturam as instâncias da vida privada e doméstica, tal como as instâncias da “vida comunitária”.

Neste sentido, o processo de construção da identidade social, tanto do indivíduo quanto do grupo, depende de um conjunto de relações materiais, simbólicas e funcionais. Moldando o indivíduo e o grupo ao espaço físico em um processo de construção histórica mútua, construindo através de suas ações sobre o espaço um marco referencial que estrutura uma memória social.

De acordo com Bourdieu (2003: 11), para entendermos o que se passa em lugares com grandes concentrações populacionais, em que pessoas de perfis diferenciados são postos em convívio mútuo, “seja na ignorância ou na incompreensão mútua, seja no conflito, latente ou declarado, com todos os sofrimentos que disso resultem”, devemos partir, em nossas análises, dos diversos “pontos de vistas” estabelecidos nos indivíduos e em seus respectivos grupos dentro do espaço social. Ou seja, o confronto das “visões de mundo” extraídas junto aos moradores da mesma localidade reflete visões do espaço social, muitas vezes antagônicas dentro dos grupos, tendo em vista que o homem é uma criatura em constante interação com o espaço, e desta interação criam-se campos de representações do espaço, pautados na experiência vivenciada pelo indivíduo ou pelo grupo.

Nesse sentido, o conceito de *habitus* em Bourdieu tende, como afirma De

Certeau (1994), a receber duas figuras igualmente fundamentais, mas não articuladas: de uma parte, a maximização do capital (os bens materiais e simbólicos) de que se constitui essencialmente o patrimônio social e cultural do grupo; de outra parte, o desenvolvimento do corpo, individual e coletivo, gerador de durações e de espaço: “A proliferação das astúcias, de seus êxitos ou de seus fracassos, remete à economia que se esforça por reproduzir e fazer frutificar essas duas formas distintas, e, no entanto complementares, da casa: os bens (campo simbólico) e os corpos (a materialidade das relações)”(DE CERTEAU, 1994: 123). Ou seja, o *habitus* enquanto orientador das condutas individuais (e coletivas) possibilita um “acordo” nas práticas cotidianas dos grupos sociais que compõem o espaço de relações (BOURDIEU, 1983: 94).

Procuramos neste artigo demonstrar através da pesquisa participante e da coleta de depoimentos voltados à constituição autobiográfica dos agentes sociais, uma abordagem qualitativa das interações cotidianas. Assim, é matriz de análise o ponto de vista dos indivíduos ou grupos sociais acerca de sua relação com o espaço social no qual estão inseridos. Partindo do mundo cotidiano destes agentes, procuramos compreender a história vivida, revelada pela memória individual e coletiva. Desta forma levantamos fontes orais, documentais e visuais,¹ estabelecemos relações entre os sistemas de socialização do grupo a partir de suas representações individuais e coletivas, estruturamos e estabelecemos seus padrões identitários a partir de suas ações e falas. Nestas representações, tal como afirma Bosi (2004), a ação da memória se materializa pelos vestígios deixados pela ausência (fotografias, textos, lembranças faladas, canções etc.) o que possibilita um movimento da memória sobre marcos referenciais, pontos indicativos nos quais os indivíduos ou a coletividade do grupo social se concentram. Nesta perspectiva a ação significativa da memória projeta-se em uma ação constitutiva de uma identidade, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Os deslocamentos dos indivíduos promovem alterações sobre estes pontos de vista acerca do referencial coletivo, o que fragmenta na ação individual dos sujeitos que compõe o grupo social a estruturação da memória coletiva, transformando esta unidade social em um conjunto de percepções e representações heterogêneas acerca de

¹ Pela própria estrutura e o volume do artigo, iremos nos ater apenas as fontes orais e documentais. Pretendo futuramente escrever um texto sobre a presença e o olhar do senhor José, Fotógrafo na região da Vila Nova, Vila Recreio, Jardim Progresso e Jardim Paulista.

um mesmo referencial. Para a autora, “pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual” (BOSI, 2004: 413).

É neste conjunto de memórias individuais e, portanto, seletivas, acerca de um tempo e espaço social, que propomos analisar a estruturação da memória social do grupo de moradores estudados. Nessa relação “reconstrutiva” do passado, as categorias individuais de memórias estruturam, nas diversas leituras situacionais de seus agentes, a construção de uma memória social. Nesta, o tempo social é o tempo contextual em que os agentes se movimentam (POLLACK, 1992). A construção do tempo social se dá numa lógica de ação (quando o indivíduo atua diretamente sobre o fato) ou perceptiva (quando o indivíduo reconhece a existência do fato), sendo assim, o passado não surge como respostas ao presente, mas é estruturado a partir da condição presente do indivíduo que compõe o grupo².

Nessa ação seletiva da memória, temos nos relatos orais, assim como afirma Prins (1992: 190), uma proximidade maior com a fonte principal, sem mediações, permitindo tecer através destes relatos, uma análise histórico-antropológica substancial.

O bairro em questão: características físicas e sociais do Jardim Paulista

O Jardim Paulista é um bairro composto por residências que vão desde casebres de madeira de três ou quatro cômodos, de casas mistas, que formam verdadeiros caixotes ocupando toda a área territorial da propriedade com suas paredes irregulares, ora de alvenaria, ora de madeira, remanescentes do período de formação do bairro e da adaptação das famílias ao seu eventual crescimento, até as suntuosas construções que têm nos sobrados da Rua Visconde de

² Acerca desta construção coletiva da memória, Le Goff (2003) afirma que os fenômenos da memória, tanto em seus aspectos biológicos quanto psicológicos, são resultantes de “sistemas dinâmicos de organização” e apenas existem nesta dinâmica organizacional que os mantém e os reconstitui quando necessários. Este movimento situa a memória como um fenômeno que transcende os aspectos biológicos e psicológicos do indivíduo, tornando-a um fenômeno somatório que se propaga na esfera social, através de um outro produto social, a linguagem. Referindo-se ao aspecto “narrativo da memória” Le Goff aponta que esta se movimenta em duas direções voluntárias ou involuntárias, uma delas se estrutura nas diversas formas de memórias coletivas e individuais, a outra se movimenta em direção a uma amnésia, seja ela coletiva ou individualmente construída. Situando a memória no campo das tensões sociais o referido autor, afirma que esta se transforma em um mecanismo das relações de força do campo social.

Guarapuava, seus marcos emblemáticos.

A disposição das residências parece obedecer a certa ordem organizacional. À medida que descemos o bairro, as construções vão revelando as áreas de pobreza do espaço. Os sobrados e as casas que foram reconstruídas em alvenaria e com bom acabamento se concentram entre as ruas Brigadeiro Franco e Visconde de Guarapuava, as ruas mais próximas da Avenida Brasília. Enquanto que as ruas Zacarias de Góes e Nilo Cairo concentram ainda em sua maioria, construções precárias, que camuflam com suas paredes as três vielas de acesso à favela Cantinho do Céu.³ Nessa perspectiva podemos tomar os espaços de habitação como uma “mercadoria especial”, com valor de uso e de troca que faz dela, uma mercadoria, sujeita aos mecanismos de mercado (CORRÊA, 1989).

Temos neste espaço social uma composição físico-arquitetônica moldada à condição econômica, técnica e material da comunidade. Que ao longo do processo histórico de formação do bairro foi se reconfigurando, adequando-se às novas tendências construtivas, porém, preservando uma “padronização” construtiva/social. As ruas apresentam em suas casas a predominância de construções de madeira contrastando com os modelos mais recentes de construções em alvenaria.⁴

³ O marco delimitador do bairro que segrega os espaços de bairro e favela é a Rua Nilo Cairo, quarta e última rua do bairro, escondendo em suas modestas construções um cortiço de casas que se espalham por três vielas até as margens do Ribeirão Quati. De acordo com os dados da COHAB-LD, o local onde se encontra hoje o Cantinho do Céu, era parte de uma propriedade particular, pertencente ao Sr. José Dias Aro, no qual havia uma plantação de café, uma casa grande de alvenaria com gramado extenso e piscina. A ocupação do espaço pelas famílias que ali se estabeleceram se deu a partir da venda da propriedade que ficou abandonada, possibilitando a ocupação do local pelas famílias que para lá se deslocaram a partir de 1961. A primeira moradora é dona M. (77 anos), ainda residente no local. Por volta de 1963, chegaram e se estabeleceram no local o Sr. J. M. (falecido) e o B. (78 anos). De acordo com a COHAB as famílias que iniciaram a ocupação da área do Cantinho do Céu eram oriundas da zona rural de Londrina. A expansão da favela está diretamente relacionada à chegada do B. (78 anos), agregando, em seu entorno, parentes, também em condição de precariedade que encontraram no espaço a margem do Ribeirão uma área para habitação e, no próprio Ribeirão, a renda para o sustento através da extração do sebo.

⁴ Antonio Carlos Zani (1989), em seu trabalho acerca do sistema construtivo das casas de madeira em Londrina, aponta que ao longo dos anos de 1940 e 1950, existia uma predominância de casas de madeira no conjunto construtivo do município, em vista, segundo ele, de alguns fatores de ordem prática e econômica. O primeiro deles estaria na pressa dos pioneiros de se instalarem na cidade e a falta de moradia para comportar o contingente populacional que se instalava no município e em suas imediações. O segundo fator estaria associado à abundância de madeira na região, aliada a um grande número de serrarias instaladas no município, o que barateava o preço das construções em madeira, tornando-as acessíveis a todas as faixas de renda da população. O terceiro e último fator apontado por Zani em seu trabalho, coincide juntamente com o segundo fator. Pois estes estão associados ao aspecto de praticidade e barateamento do custo da obra, tendo em vista o fato de existir no município uma grande quantidade de carpinteiros, que associado à facilidade e rapidez construtiva destes modelos de construção,

Um perfil característico das antigas construções remanescentes no bairro e predominante na perspectiva construtiva dos moradores entrevistados é a o fato de algumas destas residências serem construídas a partir de outras compradas para desmanche.

Neste sistema de economia construtiva, os moradores compravam o material de construção de outra casa já montada, provavelmente em demolição. Desmontavam essas casas e as utilizavam no levantamento de suas construções. Em sua grande maioria, este trabalho era feito pelos próprios moradores, envolvendo na construção, geralmente, a família inteira.

Ao refletirmos sobre este processo construtivo, notamos que a precariedade do espaço e de suas construções reflete um momento de profundas transformações no fluxo populacional do município, atuando diretamente na ocupação do espaço urbano de Londrina. Para isso, observamos em nossas abordagens dois elementos importantes para a ocupação do espaço do bairro. Primeiramente o barateamento e a facilitação no pagamento dos terrenos dos loteamentos “populares” nas regiões periféricas do município; em segundo lugar, a precariedade do espaço refletida em suas construção.

A necessidade de ocupar o espaço, associado à vontade de morar em sua propriedade, levou alguns moradores no início da ocupação do bairro, a instalarem suas famílias debaixo de encerados, como o caso do senhor J (78 anos),⁵ que num segundo momento comprou uma garagem e a transformou em moradia, habitando dentro desta, ele, a esposa e cinco filhos.

Atualmente o Jardim Paulista é um bairro com pouco mais de cem famílias residentes, incluindo os moradores da favela agregada ao bairro. Às margens da Rodovia Melo Peixoto (Avenida Brasília) que liga o estado do Paraná ao de São Paulo, o bairro foi loteado a partir do ano de 1957 e é composto por sete ruas.

A Rua Brigadeiro Franco (primeira rua do bairro após a Avenida Brasília) tem sua área residencial dividida com pátios e barracões de empresas que estão invadindo o espaço habitacional do bairro, promovendo uma reconfiguração do

tornavam o preço do trabalho aplicado na construção mais barato acessível a toda a população. Segundo Zani, este perfil construtivo predominou até o final da década de 1960, que só foi alterado devido à escassez da madeira na região, que tornava o preço da obra quase igual ao da construção em alvenaria. (Ibidem: 38-45).

⁵ Como tratamos neste artigo das representações de seus moradores acerca do espaço social, no intuito de evitarmos constrangimentos e tumulto junto aos populares envolvidos, estes serão identificados ao longo do texto pelas iniciais de seus nomes e idade entre parênteses.

espaço residencial. As Ruas Barão de Jaraguá e Zacarias de Góes são as únicas vias de acesso de veículos ao bairro. Sendo a primeira uma via de abertura do bairro para a Avenida Brasília, enquanto que a segunda uma abertura do bairro para a zona norte do município. A linha de transporte coletivo que atende a região não entra no bairro, os moradores são recolhidos pelos coletivos na Avenida Brasília ou na Avenida Lucia Helena Gonçalves Vianna, todos externos ao bairro.

O isolamento do bairro encontra suas demarcações físicas em três pontos principais: o primeiro na Avenida Brasília, que o isola dos mecanismos de assistência do poder público com suas quatro vias margeadas por um grande cinturão de empresas. O segundo fator físico é o próprio Ribeirão Quati, que delimita no bairro a sua área de extensão e promove a invisibilidade deste com sua densa vegetação que se estende até as margens da Avenida Lucia Helena Gonçalves Vianna. O terceiro e último elemento de isolamento do bairro é uma extensa área murada que delimita os espaços do bairro e do antigo Frigorífico São José, que se inicia na Rua Brigadeiro Franco e se estende até o Jardim Santa Mônica, do outro lado do leito do Ribeirão Quati.

Da Rua Brigadeiro Franco até a Rua Nilo Cairo, o que podemos constatar é que estamos diante de um bairro no qual a condição de miserabilidade de algumas famílias se esconde no espaço arborizado de suas vias, contrastando com a monumentalidade de algumas edificações construídas nos últimos dez anos.

Acerca do corpo humano que compõe o espaço de vizinhança do bairro, em um levantamento por ruas⁶ encontramos elementos que demonstram uma renovação das famílias residentes no bairro nos últimos treze anos. Das suas quatro ruas mais povoadas, as que apresentam um maior número de famílias residindo com mais de trinta anos no espaço são a Rua Brigadeiro Franco com três famílias, equivalendo a 21,42 % do número de famílias abordadas. Superada apenas pela Rua Zacarias de Góes que apresenta um total de seis famílias, totalizando 50% das famílias abordadas⁷. As ruas que apresentaram um maior número de moradores com menos de treze anos no bairro, são as ruas Visconde de

⁶ Questionário quantitativo trabalhado junto aos moradores do bairro no que foram abordadas em média 12 famílias por rua.

⁷ É neste perfil de tempo de residência que reside o processo de escolha dos agentes entrevistados, são três famílias que residem no bairro desde seu loteamento.

Guarapuava e Nilo Cairo com cinco famílias cada uma. Tendo a Rua Nilo Cairo um percentual maior (55,55 %) em relação ao total de famílias por rua, enquanto a Rua Visconde de Guarapuava comporta 33,33 % do total de famílias recentes no espaço. Estas características demonstram uma maior renovação de moradores nestas duas ruas, que também é acompanhada com um maior grau de desemprego e de informalidade entre os moradores em idade entre 25 e 59 anos.⁸

Em relação à renovação dos grupos familiares que compõem o espaço social, constatamos que nos últimos vinte anos, 29 famílias se mudaram para o bairro, sendo a Rua Visconde de Guarapuava a que mais recebeu estes novos moradores, num total de nove famílias, seguida pelas ruas Brigadeiro Franco (sete famílias) e Nilo Cairo (cinco famílias). Estas mudanças no corpo social associadas às características físico-econômicas do espaço, contribuem para uma centralização das narrativas dos moradores entrevistados no êxito pessoal, reforçada por um sentimento antagônico em relação ao poder público municipal.

A “Vila Paulista” no contexto da expansão de Londrina nos anos 1950 e 1960.

Para situarmos as falas dos agentes entrevistados e o processo constitutivo do bairro na expansão do município ao longo dos anos de 1950 e 1960, e a distribuição populacional em suas estruturas, recorreremos às transformações ocorridas no plano socioeconômico e político de Londrina. Transformações responsáveis pela organização e distribuição do espaço urbano.

Seguindo a análise de Razende acerca da dinâmica da economia urbana da cidade de Londrina, entre os anos de 1940 e 1970, podemos afirmar que atividades econômicas da cidade dividem-se em duas fases. Sendo a primeira, em que os setores produtivos estavam submetidos à produção agrícola (café, arroz, madeira de lei, milho e feijão), com um fraco desenvolvimento industrial,

⁸ Entre as sete ruas do bairro, a Rua Zacarias de Góes destaca-se pelo alto número de desempregados e trabalhadores informais (9 dos 13 moradores com idade entre 25 e 59 anos) onde 69,23 % dos moradores uqe nesta média etária encontram-se nestas condições. Esta precariedade, por sua vez, está expressa nas casas em madeira que compõem a rua. Em contrapartida, a Rua Visconde de Guarapuava apresenta um maior número de casas de alvenaria e construções recentes, apesar da alta taxa de informalidade e desemprego entre homens e mulheres (68 %).

relacionadas diretamente com o sistema produtivo agrícola e com as necessidades mais urgentes da população. Quadro este que será revertido ao longo dos anos de 1970, período de um “poderoso surto industrializante”, acompanhado por um processo de transformações intensas no setor agrícola (RAZENDE, S/D).⁹

Ao longo deste período, entre 1950 e 1960, a cidade de Londrina ganha importância como centro de comercialização regional de produção, tendo como impulsionadoras duas razões básicas: a localização na cidade do capital regional e a presença dos meios de transportes. Neste momento, Londrina, no contexto histórico dos anos de 1950, constituía-se no principal centro “do capital comercial e financeiro na medida em que esta fração submetia o capital produtivo agrícola e regional, ao seu domínio” (RAZENDE, S/D: 202).

Conseqüentemente, o crescimento populacional da cidade levou a uma expansão urbana acentuada ao longo deste período, provocando uma demanda crescente por espaços urbanos e “equipamentos de consumo coletivo”. A partir deste período, as preocupações acerca do controle do espaço urbano e dos problemas associados a estas questões passaram a ser uma preocupação constante do município que neste momento desenvolveu leis de regulamentação urbanística.¹⁰ A expansão deste período resultou na criação de 55 novas vilas e jardins no município:

Principais loteamentos aprovados ao longo dos anos 50

ANO	PRINCIPAIS LOTEAMENTOS APROVADOS
1950	Bairro Aeroporto – Jardim Country Club – Vila Judith
1951	Vila São Caetano
1952	Jardim Parque América – Bairro Boa Vista – Parque Bom Retiro – Vila Ipiranga – Jardim Santos Dumont – Jardim Shangri-lá “A” – Vila Canziani – Vila Nalim – Vila Paglia – Vila Menegazo – Vila Aparacedia – Vila Barbeta – Vila D’Andea –

⁹ “O surto industrializante desenvolvido nos anos 70, articula-se com a função regional da cidade e as próprias mudanças na estrutura produtiva no setor agrícola; vale dizer nas modificações introduzidas no campo, na sua produção, e no seu consumo. Enquanto se introduz a soja e o trigo na região, somando-se aos demais produtos agrícolas, a economia urbana vai sediar o desempenho da indústria de óleos (algodão, soja, milho, mamona, etc...), máquinas e implementos agrícolas, indústria de adubos, fertilizantes e inseticidas para a lavoura, ração animal, aproveitamento da bebida do café, implantação de frigoríficos, etc. (208-9).

¹⁰ Segundo Razende, a normalização do espaço urbano vem em 1951 com a Lei n. 133, que repartia o município em zonas urbanísticas, orientando o crescimento urbano. Em seus 149 artigos, a legislação previa 5 zonas específicas: residencial, comercial, industrial, ferroviária e rural, segregando os espaços em conformidade com as classes sociais que o ocupam (S/D: 262-5).

	Vila Larsen
1953	Jardim Europa – Jardim Londrina – Jardim Jockey Club – Vila Recreio – Vila Glória – Vila Fujita – Vila Amaral – Parque Oriente – Vila Manoel da Nóbrega – Vila Shimakuburo – Parque São Cristóvão
1954	-
1955	Vila Agari – Vila Santa Terezinha – Vila Santi – Vila Simões – Shangri-lá “B”
1956	Vila Garcia – Vila Higienópolis – Vila Nossa Senhora de Fátima
1957	Vila Guarujá – Vila Industrial – Vila Paulista
1958	Vila Assis – Vila Portuguesa – Parque Dom Pedro – Jardim dos Bancários – Jardim Londrilar – Loteamento Petraróia
1959	Vila Aurora – Vila Ernest – Vila Paraíso – Vila São Paulo – Jardim Brasília – Jardim Helena – Jardim Real – Jardim do Sol

Fonte: Antonio Manoel N. Castelnou (1996: 39).

Esta expansão do espaço urbano do município de Londrina se concretiza em direção ao norte e sudoeste da cidade, apontando para três elementos direcionadores de sua expansão: a BR – 369, o aeroporto e o lago Igapó. Seriam esses pontos, “vitrines” para a especulação imobiliária.

A cidade assume então ao longo dos anos de 1960, uma configuração física determinada por duas direções de expansão urbana e de distribuição da população no município: “sentido norte-sul, limitado pela BR–369 e lago Igapó; e direção leste-oeste, ao longo da rodovia federal. Esta expansão, de acordo com Razende (S/D: 267-8), configurava o espaço urbano de Londrina em três áreas:

1. Um centro urbano, simbólico, administrativo-comercial que se desenvolvia a partir da praça matriz, alongando-se pelas ruas Sergipe, Paraná, São Paulo, Pernambuco até a Rua Duque de Caxias.
2. Uma área central correspondente ao assentamento das classes dominantes, preponderantemente caracterizada por habitações (quadrilátero da CTNP).
3. Uma área periférica que começa a se desenhar sobre a carência de serviços e equipamentos urbanos.

Parafraseando Adum (1991: 159), “o antigo cinturão verde se fragmentava em loteamentos”, ou seja, Londrina crescia sobre os seus espaços “vazios”, redirecionando a relação campo/cidade. Neste contexto de expansão, ocorre a proliferação dos bairros de periferia, loteamentos que aglomeravam famílias inteiras em áreas precárias de moradia, desequipadas dos “serviços de urbanos”, tais como energia elétrica, limpeza, rede de água e esgoto e pavimentação (ALVES, 2002).

[...] alguns políticos ou negociantes do ramo imobiliário adquiriam grandes extensões, loteavam-nas e as vendiam em pequenos lotes, em pequenas prestações a longo prazo. Foi o caso do Bairro Shangri-lá e

do Jardim do Sol cujos lotes eram pagos em 80 até 100 prestações, A fim de saldar mais rapidamente a dívida, os novos moradores construíam mais uma casa ou edícula no lote para fins de locação. (ALVES, 2002: 176).

Na década de 1950 já existiam 53 vilas espalhadas pelo município, nascidas deste processo de loteamento das áreas afastadas do centro administrativo e comercial de Londrina. Eram bairros resultantes de vendas de pequenos terrenos a preços baixíssimos, sem infra-estrutura, tornando-se o refúgio dos grupos sociais empobrecidos que migraram para o município ou participaram dos seus deslocamentos internos no processo destas duas décadas.

A entrada na década de 1960 foi para o município o despontar de um agravamento social, paradoxalmente à medida que o município expandia e se modernizava, somava-se a ele um incontrolável contingente de pobreza em suas áreas periféricas. Esta relação de proximidade entre as camadas pobres e as camadas sociais mais abastadas, criou um mal-estar no município, exigindo do poder público (e a isto se soma a pressão diária dos jornais locais e das camadas mais abastadas) medidas de reordenação do espaço urbano. Em meio a esta situação conflitante entre a pobreza abertamente exposta como uma ferida no município e a utopia modernizadora da “cidade-progresso” surge a Lei 133/51, elaborada por Prestes Maia. Esta lei promovia o controle e a ocupação do espaço urbano do município, zoneando suas áreas de ocupação em cinco zonas específicas: residencial, comercial, industrial, ferroviária e rural.

Ao estabelecer as normas para o controle do espaço urbano, a Lei 133/51, tornou-se em Londrina um empecilho para os imobiliários e os loteadores que a consideravam inexecutável, pois estes estavam acostumados ao lucro fácil que obtinham da exploração do solo urbano enquanto mercadoria. De acordo com Silva (2003: 50), o foco desencadeador da insatisfação destes “mercadores do solo”, fora o artigo 20 da mencionada Lei (133/51), transferindo aos loteadores a responsabilidade de urbanizar o espaço loteado:

São de responsabilidade dos proprietários arruadores, além das de terraplanagem, escoamento pluvial, drenagem, regularização de cursos d'água, as despesas para obras e instalações locais, complementares do arruamento, consideradas essenciais à habitabilidade dos mesmos, a saber: abastecimento de água, esgoto sanitário, pavimentação e guias, arborização e iluminação.

§ 1º - Serão de responsabilidade do proprietário arruador as instalações e obras provisórias tais como: poços artesianos, enquanto não houver ligação à rede geral, pequeno gerador de óleo ou doutro tipo, enquanto não houver eletricidade pública a disposição; calçamentos rudimentares destinados a serem rasgados para esgotos, etc.

§ 3º - As obras complementares menos necessárias poderão, mediante combinação com a prefeitura, serem retiradas, desde início, da responsabilidade do proprietário arruador, para serem mais tarde executadas pela prefeitura, que será ressarcida pela tributação. Neste caso devera contar nas escrituras de venda do proprietário arruador, essa circunstancia que transfere a responsabilidade aos compradores lotistas. (Lei 133/51, Apud. SILVA, 2003: 50).

Este artigo desencadeou um clamor por parte dos loteadores, pela “humanização da Lei 133”, “que na prática propunha mudanças que representariam à revogação da Lei 133” (SILVA, 2003:). No ano de 1955, o então prefeito Fernandes Sobrinho, editou o Decreto 35, regulamentando o artigo 20 da mencionada Lei (133/51). Este decreto reduziu a infra-estrutura exigida de pavimentação e água para novos loteamentos destinados às classes populares. Manteve-se, contudo estas exigências para a totalidade dos bairros de alto padrão.

Ao permitir, via decreto, este descompromisso dos loteadores com a infra-estrutura dos bairros populares no município, o poder público de Londrina contribuiu para a formação de bairros sem infra-estrutura em sua periferia, cujas construções, muitas vezes precárias, formavam um “cinturão da pobreza” envolvendo o município e, ao mesmo tempo, promovendo uma distinção dos espaços, para as classes desiguais que o compunham.

Estas “distinções dos espaços” tornavam-se evidentes, “nos relatórios apresentados pelos Prefeitos Municipais, pois as prioridades sempre fora o centro da cidade e os novos bairros de alto padrão” (ROLIM, 1999: 40). Deixando os loteamentos populares à margem das prioridades do município, tornando comum nestas áreas a falta de rede de água, de limpeza, energia elétrica, esgoto e pavimentação.

Neste contexto de “ordenação” da ocupação do espaço urbano de Londrina, surge a Vila Paulista, composta por famílias de classes populares que mediante a facilitação do pagamento dos lotes –financiamentos em até cem meses para pagar–, foram se instalando no bairro. Famílias inteiras, expostas à precariedade do espaço, convivendo com a falta de infra-estrutura e o isolamento.

A condição do espaço físico e social do Jardim Paulista nos seus primeiros anos pode ser constatada na fala do senhor J. (78 anos) quando indagado acerca das construções que foram levantadas no bairro:

“Cuberto”¹¹ de lata [as residências]. Era de lata.

¹¹ Nas citações as palavras entre aspas correspondem ao aspecto fonético da pronuncia do agente social entrevistado. As mantivemos com o objetivo de valorizar os aspectos culturais das

Cerca era de balaustra. Não tinha muro.
Muro era balaustra.
Não tinha luz, não tinha água. Não tinha nada.
Aqui não tinha nada. O comércio tudo, era lá pra cima. Era lá da Vila Nova pra cima. Aqui tudo era mato cafezal, chácara... Num tinha nada.
Era considerado como Jardim Paulista, mais era conhecido por Quati, “Rio Quati”.

O Jardim Paulista (ou Vila Paulista) é oriundo da chácara Águas do Quati, pertencente aos senhores José Dias Aro e Benjamim Nalim, que tiveram autorização da prefeitura para fazer o loteamento da propriedade em 1957.¹² O bairro foi formado em um loteamento localizado às margens da Estrada Melo Peixoto, “vitrine” para a especulação do solo urbano de Londrina, o bairro em seus primeiros anos experimentou um longo período de precariedade e isolamento, como narra o senhor J. (78 anos):

“Nóis” aqui, “vivia” aqui, né? Daqui “nóis” ia “trabaia”. “Nóis” tinha que ir pra cidade.
Da Vila Nova pra cá, enfrentava tudo a pé. Barro, chão, não tinha asfalto. Não tinha nada.
Era chão, trilho, carreador, passava por meio de carreador de café aí. [Sem “te” luz], “nóis” “passava” tudo na escuridão aí. Tudo escuro.
“Luiz” aqui, água num tinha.
Nada. Era água lá no Quati. E depois “passemos” “pega”... “faze”. Cada um “fizeram” seus poços de água aqui, tinha seus poçozinhos de água. Até que foi melhorando a cidade e chegou no ponto que “tá” hoje.

A história de J. (78 anos), juntamente com a história do Jardim Paulista, nos reporta para o processo de expansão e urbanização de Londrina. Os carreadores utilizados como caminhos de acesso ao centro, aos olhos do entrevistado foram se transformando em ruas, malhas asfálticas que passaram a ligar todas as áreas do município, gerando nestes moradores um sentimento presente de pertença à cidade, de superação dos obstáculos (falta de água, luz, o isolamento) nos “primeiros tempos”.

Estes bairros “populares” formavam um estilo peculiar de composição, que orientava a forma de morar em uma base “trinômica”: loteamento periférico / casa própria / autoconstrução da moradia, que resultava em uma série de sacrifícios e carências aos seus habitantes (ROLIM, 1999: 40).

Esse “trinômio” é uma constante na fala do senhor J. F. (72 anos),

suas falas.

¹² De acordo com Castelnou (1996), o aumento do contingente populacional no município foi decorrente do grande fluxo migratório. Reconfigurou a paisagem física e humana do município de Londrina e foi responsável pelo surgimento de vários loteamentos incorporados a terrenos de chácaras próximas a região central (como por exemplo, o Bairro Shangri-lá) e nas áreas periféricas (como é o caso do Jardim Paulista).

principalmente quando relata a sua chegada ao bairro, apontando a sua “fuga do aluguel”, o sistema de facilitação da compra do terreno, e sua autonomia no espaço, o tornar-se cidadão, ter uma identidade no município:

Olha, eu procurava uma casa pra “aluga”, mas depois que eu passei aqui.

Eu vi que “tava” sendo loteado aqui. “Té” tinha bastante influência aqui. Aí, eu resolvi “procura” o preço aqui, e deu certo.

As pessoas que “tavam” loteando fizeram condições pra gente “paga” as prestações. Então, aí a gente veio “praqui”.

Em vez de “aluga”, a gente fez um barraco e estamos aqui até hoje. (Entrevista 02/08/2006).

O imediatismo entre o ato de comprar e se instalar no bairro, contribuiu para o agravamento da precariedade do espaço, formando de início no bairro um pequeno conjunto de barracos compondo a “paisagem social”:

Aí foi loteado, foi onde eu comprei aqui a data, fiz a casa, aí “mudemo” pra cá. Mas debaixo de lona de encerado, depois que nós “fiz” uma... uma casinha de madeira.

“Fizemo” uma casinha de madeira e “entremo” pra casinha de madeira. Primeiro “entremo” debaixo de lona aqui, depois debaixo de lona, “fizemo” a casinha de madeira. As “criança” “ficava” debaixo da lona até eu “faze” a casa de madeira. A água era água de poço. [Longe] tinha água de poço, nós “tinha” que ir “busca” água no Quati pra “toma”. Aí, depois que nós “fizemo” um poço aqui no quintal. (J. 78 anos. Entrevista 02/08/2006).

O espaço e suas limitações (ou ausências) infra-estruturais possibilitaram aos moradores do local a desenvolverem técnicas de “subsistências” incorporadas ao cotidiano destas famílias e estabeleceram através destas atividades um conjunto de capital cultural que reforçou nestes moradores uma identidade pautada nos vínculos de vizinhança, fragilizado pela mitificação do êxito individual.

[...] aqui era mato, aqui era cafezal. Aqui era uma chácara, com cafezal, mato. Ia por trilho, não tinha nem caminho aqui. Vinha por trilho.

Da Vila Nova aqui era trilho. Não tinha rua, não tinha nada não. Era trilho e carreador de carroça. No tempo da carrocinha.

Naquele tempo era carroça que vinha aqui. Charrete, é como fala táxi naquele tempo. Aqui era charrete que vinha aqui. E condução para frete era carroça.

Era a carrocinha que fazia a condução, não tinha caminhão, estas coisas não.

Nada de caminhão nada disso. Aquele tempo era carroça que fazia o trajeto aqui. E o nosso táxi naquele tempo era charrete.

Era tudo com charrete aqui. Telefone não tinha, luz não tinha, água era de poço. Eles “pegava” lá embaixo no Quati. Não tinha nada aqui era um sertão danado. (J. 78 anos. Entrevista 02/08/2006).

Esta “paisagem da memória” que reconstrói no entrevistado a sua vivência de um período para ele já remoto, absorvido pelo progresso urbanizador no

espaço, nasceu de uma sensibilidade presente de sua realidade vivenciada, ou seja, o padrão de referência para a reconstrução deste momento da história do bairro está pautado em um conjunto de relações que o entrevistado construiu ao longo de sua vida como morador da região.

Retomamos aqui a teoria de Bourdieu (BOURDIEU, 1983) sobre as representações projetadas pelos indivíduos sobre o espaço social, o que conseqüentemente nos coloca diante do olhar histórico destes sobre a sua presença e suas ações sobre o mesmo. Para Bourdieu os agentes sociais têm um “vivido” que não constitui a verdade completa daquilo que eles fazem, porém, faz parte da verdade de sua prática. O autor aponta como fonte deste capital cultural, as instituições tradicionais que o legitimam, reforçando os vínculos de grupo, sua identidade, herdada de geração para geração, ou institucionalizada, encontrando fontes profundas na organização social do grupo social e da sociedade na qual o grupo está inserido, o que naturaliza este capital cultural, amenizando, ou aumentando, as tensões entre as parcelas sociais que compõem uma determinada sociedade.

Nesta perspectiva, “os marcos de referência do entrevistado passaram a ser os da vida urbanizada, entendida como civilização” (ARRUDA, 1997: 11-12), estabelecendo uma fronteira entre o “atraso e a modernidade”.¹³ Porém, esta fronteira não se constrói entre o urbano e o rural, mas sim, em um espaço no qual o desenvolvimento estabelece suas fronteiras entre o progresso e suas camadas sociais participantes, e às margens, famílias de trabalhadores, secundarizadas em espaços precários reproduzindo a lógica desenvolvimentista do município.

A acessibilidade difícil ao bairro, à distância deste em relação ao centro do município e seus serviços, são elementos que figuram constantemente nas falas destes moradores. A ausência de serviços públicos, como água e luz, reflete nas memórias dos entrevistados, como sendo o grande transtorno aos quais estas famílias foram expostas.

Com a chegada da rede de água somente na primeira metade dos anos de

¹³ Em seu trabalho de doutorado, Gilmar Arruda (1997) faz uma abordagem do processo de transformação e reelaboração das representações da população sobre o território, representações estas, que deram uma nova imagem acerca de civilização, criando novos conceitos sobre o espaço sobre os indivíduos que vivenciaram este processo de transformação, estabelecendo uma fronteira entre o atraso e a modernidade. Entre o espaço urbano e o campo (sertão). Contextualizando seu trabalho na primeira metade do século XX, Arruda usa os termos Cidades e Sertões para traduzir as novas sensibilidades surgidas no processo de acelerado de concentração populacional e de urbanização de alguns centros do país na primeira metade do século XX.

1960, as famílias de moradores do bairro encontraram nas nascentes próximas ao Ribeirão Quati, uma reposta imediata a sua precariedade no espaço.

O poço era lá no meio da rua. Então a gente ia lá. Carregava água né? Tinha aquelas latas de vinte litros “caqueles” arames, que a gente ia lá, tirava a água do poço, carregava e lavava a roupa aqui. (Dona N. 61 anos. Entrevista 08/09/2006).

Crianças e mulheres eram incumbidas desta jornada de lavar as roupas às margens do ribeirão e de carregarem água para abastecimento de suas residências, uma rotina diária que se mantém clara nas memórias destes moradores.

Porque a água ali era limpa, inclusive a gente lavava roupa lá, né? O córrego do Quati era limpo os meninos “pescava” lá, tomava banho. Mas aí, depois que fizeram o frigorífico, aí, começou a vim toda sujeira. (...) É, e tinha muitas pessoas ali que ganharam dinheiro fazendo sabão. Catavam o sebo dentro do rio. (Dona N. 61 anos. Entrevista 08/09/2006).

O Jardim Paulista enquanto bairro cresceu mediante as adversidades, composto por famílias que se deslocavam internamente dentro do município, fugindo do aluguel, a procura de seu próprio espaço para residir. Por longos anos estas famílias conviveram com o lixão municipal, com a falta de água e de luz, problemas que foram ao longo da década de 1960 sendo sanados pelo município, porém, ao término desta mesma década, com a intensificação do transporte rodoviário na região, a Estrada Melo Peixoto passou a representar para estas famílias o isolamento e o perigo constante.

“As margens” do progresso

A década de 1950, além de representar um período de franca expansão demográfica do município, representou um momento de profundas transformações no tráfego dos seus meios de transporte, com a crescente substituição do transporte ferroviário pelo rodoviário, “em vez de trens trafegando pelos trilhos do Paraná, viam-se os ônibus da Viação Garcia” (ROLIM, 1999: 28).

Essa transformação no tráfego de transporte do município acarretou em um problema estrutural para a cidade e com conseqüências diretas sobre o cotidiano dos moradores dos bairros que envolvem a malha viária da Avenida Brasília. Tornou-se um problema para o município à medida que os fluxos de automóveis que cruzam esta região do estado, e veículos pesados como caminhões e ônibus passam a transitar dentro do perímetro urbano em alta velocidade

fazendo uso de uma avenida sem estrutura para tal circulação. Promovendo um aumento nas estatísticas de acidentes na localidade, que se agravam com a conseqüente expansão do município rumo à região norte ao longo dos anos de 1970.¹⁴

As primeiras medidas de “impacto” na rotina do trânsito da Avenida Brasília começam a veicular nos jornais do município a partir da segunda metade da década de 1970, momento em que o poder público acreditava que a solução estaria em uma melhor sinalização da avenida.

Tais projetos e medidas transformaram-se em matéria quase diária para os jornais do município. Quando lançado o plano de “solução para a Avenida Brasília”, o jornal *Folha de Londrina* (FL 19/07/1978) publicou em sua primeira página a seguinte manchete, “Afimil um plano de solução para a fatídica Avenida Brasília”, ao longo desta manchete, o então comandante da Companhia de Trânsito do 5º Batalhão da Polícia Militar, Tenente Jairo Mello, apresentava um plano que visava reduzir a intensidade de acidentes nessa Avenida. Este plano consistia em sinalizar todo o trecho urbano da BR-369 (correspondente à Avenida Brasília). A partir deste momento a região do município (e o município em sua totalidade) assiste ao impasse entre o município de Londrina e o Departamento de Estradas e Rodagem (DER) acerca da responsabilidade pela sinalização, ou poderíamos arriscar a “urbanização” da mencionada Avenida¹⁵.

A Avenida Brasília além de representar um problema político para o município, em vista do impasse com o DER, tornou-se um grave problema estrutural da malha viária de Londrina, com forte reflexo na estrutura social dos bairros que a envolvem.

Associado a estes problemas estruturais, cresceu nos bairros da região um

¹⁴ De acordo com o jornal *Paraná Norte* de 10 de dezembro de 1986, a Avenida Brasília desde sua inauguração, ainda na década de 1950, representa um grave problema para o município e os moradores da localidade. Manchetes agressivas com títulos estigmatizadores como “O Corredor da Morte” (FL 23/05/1980), “Moradores em Perigo” (PN 28/10/1986), e “Corredor da Morte mata mais um” (PN 10/12/1986), circularam (e ainda circulam, porém, sem tanta constância) nos jornais da cidade engrossando (ou engrossado) as manifestações dos moradores da região que solicitavam ao poder público municipal uma atitude frente a esta “via do progresso”.

¹⁵ Tal discussão adentra os anos de 1980, com a crescente campanha pela duplicação da Avenida (iniciada já no final dos anos de 1970). Em meio ao “empurra-empurra” entre o município e o DER, intensificam-se as campanhas pela duplicação e a construção de viadutos em seus trechos críticos –como as transposições do Posto Bela Vista, Estádio do Café e Via Expressa. Nesse momento a sociedade civil (representada pela Comissão Municipal de Trânsito), as Associações de Moradores e os comerciantes da região “cortada” pela Avenida Brasília, ganham espaço (juntamente com os acidentes) nos jornais da cidade que não se cansam de relatar a periculosidade do trecho urbano que envolve a avenida.

sentimento de abandono por parte do poder público. As medidas emergenciais tomadas para a melhoria do tráfego na Avenida Brasília contribuíram mais ainda para o isolamento e a precariedade dos bairros que se formaram às suas margens.

Em meio a este impasse, no mês de setembro de 1982, o jornal *Folha de Londrina* publicava a seguinte manchete “duplicação da Brasília começa no fim do mês” (FL 25/09/1982) que se referia ao anúncio do então prefeito José Antonio Del Cid, prevendo a entrega da obra para um prazo de um ano e meio.¹⁶ Além da duplicação estavam previstas as construções dos viadutos e das trincheiras.

Pouco menos de quatro meses após o início das obras de duplicação da Avenida Brasília, o DNER manda suspender as obras, sob o argumento de estar aguardando a definição dos recursos para sua programação referente o exercício de 1983 (FL 19/01/1983). O que outra vez provocou forte repercussão na sociedade civil londrinense e no poder público municipal.

Após a conclusão das obras de duplicação no ano de 1984, novos focos de discussão entre o poder público municipal e os moradores da região começam a tomar corpo na imprensa local, no bojo das discussões estava o problema da segurança dos trechos próximos aos bairros e o isolamento físico dos bairros localizados à margem da Avenida. No dia 05 de julho de 1984, o jornal *Folha de Londrina* publicava em sua página 5 a seguinte manchete: “Passarela na Brasília” que inaugurava uma série de reivindicações dos moradores dos Jardins Paulista e Fortaleza acerca das melhorias das vias de acesso para os pedestres e veículos aos seus respectivos bairros. A ação encontrada pela “Associação de Moradores”¹⁷ do bairro para encontrar representação e legitimidade de suas

¹⁶ Neste momento ocorre no município o processo de desapropriação de algumas propriedades situadas no trecho da Avenida Brasília compreendido entre a Avenida Dez de Dezembro e o Parque das Indústrias Leves. A desapropriação se deu mediante decreto baixado em junho de 1982, que tornava o trecho da BR-369 entre londrina e Ibiporã, patrimônio de utilidade pública para fins de desapropriação. A esta tarefa de desapropriar os moradores e indeniza-los pelas suas propriedades, ficou o DNER encarregado de executá-la, tendo em vista ser este órgão o responsável direto pela duplicação da Avenida Brasília. O impasse acerca da suspensão das obras de duplicação da Avenida Brasília, se prorrogou entre 10 de janeiro a 23 de março do ano de 1983, passando por acordos entre o poder público municipal o DER e o DNER, que culminou em alterações no projeto original das obras e em um atraso de oito meses em sua entrega.

¹⁷ Neste momento a idéia de Associação de Moradores aparece entre aspas, por ser esta ainda um elemento não formalizado, os moradores confiavam na figura do senhor Arthur Netto a representá-los a frente dos interesses coletivos do bairro, não mediante o pleito e por voto da maioria, esta relação era uma relação de confiança sobre sua imagem, tendo em vista que ao longo dos anos de 1980 o mesmo pleiteou o cargo de vereador na Câmara Municipal de

reivindicações frente ao poder público municipal foi de coletar assinaturas dos moradores. Entre as reivindicações dos moradores, encontrava-se a construção de uma passarela sobre o trecho da Avenida Brasília, compreendido entre o Posto Bela Vista e a empresa Jabur. Os moradores afirmavam ao jornal, estarem fazendo a coleta de assinaturas para encaminharem à Câmara Municipal os anseios dos moradores destes bairros. Os problemas apontados para solicitação da construção de uma passarela na região são o do isolamento do bairro e do perigo iminente que as quatro vias da avenida representam

Os quatro bairros [...] ficam distantes de supermercados, escolas e farmácias e sua população invariavelmente tem de transpor a “BR” para conseguir estes serviços. Com a quadruplicação da pista, o antigo problema dos atropelamentos piorou. [...] Agora são quatro pistas para atravessar. É bastante difícil [...]. Só na semana passada, os moradores da região assistiram a dois atropelamentos, e o único consolo é que nenhum resultou em morte. (Arthur Netto. FL 05/07/1984).

Diante da emergência da situação, e da total falta de segurança para os pedestres da região (perímetro entre o Posto Bela Vista e a empresa Jabur), a Associação de Moradores nesta mesma matéria, se propunham a aceitar soluções alternativas como quebra-molas e semáforos¹⁸.

Na manchete mencionada, os moradores propunham ao então prefeito, o senhor Wilson Moreira, a tentar atravessar as quatro vias da Avenida Brasília em frente aos bairros, para que assim tomasse parte dos problemas de segurança dos moradores da localidade que essas vias representavam (e ainda representavam). O embate entre os moradores da região e o poder público municipal, apesar de não ter ganhado muita representatividade na imprensa local, se arrastou por dois anos¹⁹, resultando apenas na colocação de quebra-molas e na

Londrina. Esta informação foi obtida junto a alguns moradores e ex-moradores da Rua Brigadeiro Franco, vizinhos próximos da sua antiga residência.

¹⁸ Diante da emergência da situação dos moradores dos quatro bairros, uma pequena manchete da Folha de Londrina, publicada em sua página 4 do dia 20 de outubro de 1983, pode nos colocar a par do volume de acidentes ocorridos na Avenida Brasília ao longo do ano de 1982 e do primeiro semestre do ano de 1983(:): “O apelido de corredor da morte surgiu face ao grande número de acidentes ali registrados desde a existência da Avenida Brasília. No ano passado (1982) o Detran atendeu 96 ocorrências naquela via, que resultaram em 42 pessoas feridas e 5 vítimas fatais. No primeiro semestre deste ano (1983) o número de acidentes e de vítimas aumentou: foram registradas 61 ocorrências, com 40 feridos e 3 mortos. A Secretaria de Planejamento constatou, através de contagem volumétrica, que por aquela via passam diariamente quase 10 mil veículos.”

¹⁹ Neste momento, os moradores dos quatro bairros da região (entre o Posto Bela Vista e a empresa Jabur) se organizaram em uma Associação única, o interbairros que representava os Jardins Paulista, Fortaleza, Progresso e Santa Mônica, tendo a frente como presidente o senhor Arthur Netto. (FL 18/08/1986).

instalação de semáforos no trecho entre o Posto Bela Vista e a empresa Jabur.²⁰

As discussões acerca da Avenida Brasília juntamente com os problemas estruturais do bairro adentram aos anos de 1990. Problemas como a falta de postos de atendimento de saúde (unidade básica de saúde) no bairro, os bueiros entupidos, a ausência de áreas de lazer (como quadras poliesportivas, campos de futebol e praças) e a falta de segurança para os moradores do bairro em relação à Avenida Brasília, são temas que aparecem como reivindicações constantes da Associação, pelo menos no que diz respeito aos anos de 1997 a 2000 (em Ata).

Partindo desta percepção de um problema estrutural para a coletividade, ou seja, da realidade vivenciada a que todos agentes sociais estão expostos, o que torna o problema, um desafio (ou um obstáculo) para coletividade. No dia 10 de abril de 1997, foi oficializado mediante a presença do presidente da Federação das Associações de Moradores do Município de Londrina, José Granado Ramirez, a primeira eleição da Associação dos Moradores dos Jardins Paulista e Fortaleza.

Neste momento, os objetivos da comunidade em geral se voltaram para os problemas acerca do atendimento médico da comunidade, como podemos ver neste trecho da ata de reuniões dos moradores do dia 24 de maio de 1997 na página 2:

[...] Conforme pesquisa feita com os moradores, o posto de saúde que nos adende [atende] e [é] precário. [...] A presidente Fátima fez o uso da palavra e relatou a respeito da [das] dificuldades dos idosos e dificuldades de consultas médicas, ainda acrescenta a dificuldade de locomoção até o posto de saúde do Centro Social Urbano, fez o relato da sede sugerindo que além de ser um espaço para os moradores falarem de suas reclamações. Segunda a Fátima pergunta ao secretário da saúde se seria possível ter uma enfermeira e até mesmo um médico para atender a população do bairro. (Ata da Associação dos Moradores do Jardim Paulista e Jardim Fortaleza, 24 de maio 2).

Os moradores apontam para saídas emergenciais que atendam as suas demandas, a Avenida Brasília continua sendo um obstáculo com suas quatro vias que cruzam a frente do bairro. Um fator que irá perpetuar nas discussões acerca das necessidades do bairro(,) é o fato de neste encontrar-se um grande número de moradores idosos que apresentam problemas de saúde, projetando na construção de uma sede com uma enfermeira permanente uma saída para a

²⁰ Para o poder público, a construção de passarelas iria transformar a Avenida em uma “pista de alta velocidade”, além de representar para o município um alto custo (FL de 18/08/1986).

melhoria do atendimento desses moradores.

[...] Nós do Jardim Paulista não usufruímos o Centro Social Urbano devido aí o difícil acesso das pessoas que em sua maioria são idosos e crianças. Djalma B. Pinheiro, moradora Há muitos anos disse achar difícil ir até o CSU com criança no colo, por causa das pistas e das descidas e subidas. Regina relatou a dificuldade conseguir vagas pra consulta e termina optando por uma farmácia. Damaris argumentou que se tivéssemos algum tipo de atendimento médico, melhoraria 100% a vida dos idosos e das crianças carentes. Maria Duarte disse que se tivéssemos um médico ao menos uma vez por mês já ficaria bem melhor. Lurdes Andreassa relatou-nós que quando precisou do posto na urgência não conseguiu atendimento. (Ata da Associação dos Moradores do Jardim Paulista e Jardim Fortaleza, 10/07/1997: 4).

A distância da Unidade Básica de Saúde em relação ao bairro foi um dos principais argumentos dos moradores na solicitação da implantação de uma dentro do bairro. Esta situação levou aos moradores a desenvolverem o hábito de optarem sempre pelo farmacêutico ao invés do atendimento médico especializado.

Ao acompanharmos a trajetória da Associação de Moradores do Jardim Paulista e Fortaleza, observamos que seus agentes projetaram na Associação um mecanismo de diálogo com o poder público municipal, sendo esta um mecanismo de ação sócio-política formalizado dos moradores. Ou seja, através de uma identidade jurídica (a Associação de Moradores) que se faz valer pelo voto e o reconhecimento legal do poder público. Isto possibilita à coletividade do bairro a se organizar e ter poder de representação frente à esfera política. Porém, as atividades da Associação ficam centradas na figura de seu presidente, em que toda iniciativa e ação se resumem a sua figura criando uma sobrecarga de responsabilidades sobre este, e acomodando o conjunto de moradores em um estado de passividade frente suas ações. Acerca da carência do espaço, tanto dos equipamentos públicos quanto econômico, a Associação de Moradores representava uma forma de auto-organização dos próprios moradores para sanar demandas internas de sua coletividade, um canal de solicitação dos interesses do conjunto social frente à Prefeitura. A Associação pelo que constatamos nas páginas de sua Ata trabalhou por um longo período em prol da construção ou da doação de um espaço para a instalação de sua sede, não conseguindo atingir este objetivo, acabou alugando uma residência, cuja manutenção das suas atividades e o aluguel do imóvel eram pagos através de promoções realizadas pelos próprios moradores do bairro, como bingos e festas comunitárias.

Os momentos de atuação da Associação de Moradores do Jardim Paulista

se viram silenciados nas chapas dirigentes seguintes, as anotações da Ata datam até 3 de maio de 2003, já sob a presidência do senhor Reinaldo Rodrigues Santos. As reuniões tanto no mandato do senhor Walter Franco como do senhor Reinaldo estão voltadas apenas para a prestação de contas da Associação demonstrando pelo número de assinatura dos presentes o enfraquecimento do poder de canalização do interesse coletivo desta Associação nestas últimas gestões.

A construção da identidade de morador do bairro: representações acerca do espaço

Apresentado o bairro e seus problemas em sua construção histórica, nos propomos neste momento a visualizarmos nas falas dos moradores/fundadores deste espaço social as suas representações acerca de sua presença e atuação na construção de uma identidade local.

Nas entrevistas com as famílias abordadas, conseguimos apreender nas falas de seus agentes uma condição de legitimação dentro do próprio grupo de convívio do bairro (Jardim Paulista) que afirma uma identidade que transcende a condição de simples moradores do espaço: a condição de pioneirismo. O pioneiro, ou aquele que chegou primeiro, que enfrentou o espaço em suas condições naturais. Este elemento aparece muitas vezes implícito nas falas dos moradores, quando estes, ao refletirem sobre o bairro, associam suas ações ao processo de desenvolvimento da própria região. Pautados em um conjunto de representações que reforçam e legitimam a sua condição de agentes fundadores do bairro, os entrevistados e seus familiares, geralmente empregam expressões como “Papai abriu isto aqui”; “No início aqui foi uma luta”.

A associação que estes constantemente promovem entre o desenvolvimento do espaço físico e social do bairro com o desenvolvimento de Londrina, projeta em suas representações de si enquanto agentes deste processo histórico uma identidade de pertença ao espaço arraigada em sua gênese. Homens e mulheres que se vêem conscientemente como agentes deste processo. E este ver-se como agente do processo histórico do espaço físico e social, é reforçado nos diálogos cotidianos, nas fofocas, na divisão dos espaços de sociabilidade e na própria noção dos agentes que compunham o espaço físico do bairro, como podemos ver nesta fala da entrevistada Dona N. (61 anos):

Dona N: Olha, os “primeiro”, tinha o vizinho, tinha vez que mudava

um outro segundo, a gente ficava conhecendo, né? Então, é cada época que um ia mudando, ia conhecendo.

Agora está mais difícil, porque mudaram as pessoas ali debaixo e a gente não sabe quem é que é, né? Mas antes por aqui a gente conhecia todo mundo.

Dona F: Quem mudou ali na rua de baixo primeiro?

(...) É o seo Toninho [em resposta à entrevistada Dona N].

Seo Toninho Marcineiro.

Aí, o senhor Djalma né? Que era um senhor engraçado. O pai do Zefo, que era pai do Zé Fotógrafo. Aqui foi a Dona Augusta.

Então, a gente...

Mudava um. Mudou uma pessoa nova, agente ia descobrindo.

Que no nosso caso aqui, fomos os “primeiro”. Então, a gente ficou sozinho. Então a gente foi conhecendo.

Aí, depois mudou uma família que veio do sítio. Que morou lá na esquina.

Aqui era isolado. E a BR não tinha nada. Essa estrada é...

Dona N: Tinha uma estradinha.

Dona F: Daqui ó [apontando a frente de sua casa]. Tinha um trilho aqui que saía lá na cidade. (Dona N. 61 anos e Dona F. 82 anos. Entrevista 08/09/2006).

Identificar no espaço os primeiros moradores do bairro é reforçar a sua identidade pioneira. Promovendo uma reconstrução do espaço físico do município, os entrevistados estabelecem uma relação afirmativa de sua identidade na formação e constituição da cidade, sempre se remetendo à precariedade do espaço, à sua luta por sobrevivência dentro desta adversidade e, em uso comum de suas palavras, “como a cidade chegou até eles”.

Nesta perspectiva, são as representações acerca da presença no espaço que conduzem as narrativas dos moradores sobre a constituição do bairro, o que nos leva a pensar este referencial biográfico dos entrevistados, na perspectiva de um movimento dialético entre a informação e a interpretação (THOMPSON, 1992).

[...] A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança vida para dentro da própria história e isso alarga o seu campo de ação. [...] Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Esta ação reforça uma perspectiva de pertença dos agentes sociais a um lugar e um tempo social (THOMPSON, 1992: 44).

As relações sociais contribuem na formação da memória individual. Esta se constitui em um campo de relações no qual os indivíduos atuam uns sobre os outros, criando imagens mentais acerca da experiência vivida que, à medida em que se apresentam como individuais, mantêm em sua estrutura elementos que indicam uma raiz coletiva da memória. Sendo assim, a memória traz em si uma composição coletiva.

Para fecharmos este artigo, compete-nos visualizar, a partir das representações destes moradores, os diversos pontos de vista acerca do espaço social do

bairro. Como cada morador define as qualidades e as deficiências do espaço a partir da sua condição presente, revelando na sua leitura do social suas trajetórias e desejos individuais, definindo assim de forma tácita as regras que conduzem o comportamento do grupo no espaço cotidiano e sua memória sobre a formação e legitimação do espaço social.

Um local sem “nada”: o bairro às vistas do senhor J. (78 anos).

Natural da cidade de Matão no Estado de São Paulo, nosso entrevistado, veio para o estado do Paraná ainda nos anos de 1940 (em 1948), instalando-se na cidade de Porecatu com sua esposa e filhos. Atraído pela possibilidade de emprego e de melhoria de vida nesta região do país, o senhor J. (78 anos) e seu irmão migraram para este município no trabalho de abrir picadas na região. Somente no ano de 1952, é que ele e sua família vieram para a cidade de Londrina, indo residir na Vila Santa Terezinha, então empregado como motorista da empresa Garcia. Mudaram-se para o Jardim Paulista, no ano de 1958:

Aqui foi em cinqüenta e oito. Cinqüenta e oito por aí. [...] Não tinha nada aqui, só tinha chácara.

[...] Água do Quati, aqui era a chácara Água do Quati. Do Benjamin “Nali”. Nalim.[...] Aí, foi loteado. Foi onde eu comprei aqui a data. Comprei a data, fiz a casa. Aí, “mudemo” pra cá. Mas, debaixo de lona de encerado. Depois que “nóis” “fizemo” uma, uma casinha de madeira. E “entremo” pra casinha de madeira. Primeiro, “entremo” debaixo da lona aqui, depois debaixo de lona “fizemo” a casinha de madeira, “entremo” na casinha de madeira. As “criança” “ficava” debaixo de lona até eu “faze” a casa de madeira. A Água, era água de poço. “Nóis” “tinha” que “busca” água no Quati pra “toma”. Aí, depois que “nóis fizemo” um poço aqui no quintal. Aí.

“Tocamo”, daí pra frente foi melhorando e “ta” no que “ta” hoje. (Entrevista 02/08/2006).

Este “ta no que ta hoje”, se refere às suas condições atuais, residente na Rua Brigadeiro Franco desde 1958, o senhor J. (78 anos) e sua família (três filhos ainda moram no bairro) transformaram-se em provas vivas de todo o processo de transformação desta região do município. Hoje com quase seus oitenta anos, vive com a esposa e uma filha, em sua residência totalmente reconstruída em alvenaria, com três grandes quartos, uma sala, uma cozinha e um banheiro. No quintal encontramos uma edícula, construída inicialmente para servir de moradia para os filhos que foram se casando, até estes conseguirem seus próprios espaços. Esta edícula até bem pouco tempo atrás

(por volta de 2005) complementava com o seu aluguel a renda da família. Hoje, um de seus filhos mora neste espaço. O tempo todo em nossa conversa, o senhor J. (78 anos) ressaltava, não as transformações do espaço físico do bairro, mas sim, a sua “evolução” enquanto proprietário de um terreno e chefe de família, que conseguiu se instalar e “prosperar” na cidade e conseqüentemente no bairro. Porém, como podemos entender a idéia de “prosperidade” em sua fala?

Para ele, esta prosperidade encontra-se na legitimidade de seu espaço, em sua casa. De como ele juntamente com sua família conseguiram transformar a sua condição precária de existência no bairro, em moradia. Contrariamente à sua “vitória doméstica”, a visão que tem do bairro é de algo que não se desenvolveu, que continua estático. Dois pontos norteiam sua definição, um é a ausência de Unidades Básicas de Saúde, a outra remete a sua insatisfação de não haver neste espaço uma Paróquia a qual ele possa seguir. Ambos os problemas remetem à Avenida Brasília. Isso ganha força na fala do entrevistado, quando em nossa conversa discutíamos a construção da Paróquia Nossa Senhora do Rosário na Vila Recreio:

Aqui nunca teve, até hoje não tem. No Paulista não tem. Até hoje não tem.

A Paróquia nossa aqui, é a Nossa Senhora do Rosário, que fica ali no... na Recreio. Nossa Senhora do Rosário, tem que atravessar o asfalto pra ir na Recreio, na Paróquia.

Num tem nada, aqui tem esse grupinho escolar aí embaixo, e mais nada. No Paulista não tem nada. O Paulista é isto aí, que “ta” vendo. Começou assim e “ta” assim até hoje. Até hoje.

Hoje tem a Volvo aí de frente. Tem a Fortaleza, Jardim Fortaleza do lado, Tem a Máquina Fortaleza, a Máquina Paulista pro lado de cima do asfalto, da Avenida Brasília. Tem o grupo escolar lá embaixo. (Entrevista 02/08/2006).

Em sua fala, o entrevistado nos remete à sua condição e às suas necessidades no bairro. Aposentado há mais de dez anos da Polícia Civil, o senhor J. (78 anos), juntamente com esposa vivem de sua aposentadoria e da aposentadoria de sua filha (até 2004 o entrevistado fazia extras de vigia em uma empresa da região, quando foi vitimado de um assalto que lhe custou o globo ocular esquerdo). Seus passos lentos e sua dificuldade de enxergar são resultantes de um atropelamento que o vitimou no ano de 1987, na Avenida Brasília. Com esposa e filha doentes, e sendo ele o responsável direto pelas duas, cotidianamente atravessa a Avenida Brasília para ir até a Unidade Básica de Saúde do Centro Social Urbano da Vila Portuguesa, até mesmo para efetuar o pagamento de suas contas, comprar remédios, fazer suas compras de

mantimentos e ir às missas de fim de semana. Todos os serviços públicos do qual faz uso, estão do “lado de cima do asfalto”, como ele diz.

“Um lugar tranquilo”: o bairro na vivência de Dona N. (61 anos)

Vivendo a quase cinquenta anos no bairro, elas compõem a primeira família de moradores do bairro, mudaram para o local em 1957, vindos da Vila Casoni encontraram no Jardim Paulista um canto para fugir do aluguel como afirma Dona N. (61 anos).

Então quem veio pra cá. Aqui era uma chácara, né?

Do Benjamin Nalim.

Aí, o pai, D., veio pra cá e abriu todas as ruas, e já reservou uma data aqui. E daí em diante, aí, bastante pessoas começaram a comprar casa. Data aqui, e a levantar os seus ranchos, né? Assim pequenas casas pra todo mundo, pra “livra” do aluguel e ter um cantinho pra morar. [...] E as famílias que vieram pra cá ficaram. É só que os filhos foram crescendo e mudaram para outro lugar.

Então por isso que aqui ficou assim, um lugar meio estabilizado, não cresceu. Porque os pais que ficaram aqui, gostam por causa de ser um lugar tranquilo, né? (Entrevista 08/09/2006).

Esta tranquilidade à que a entrevistada se refere está associada aos fortes vínculos de vizinhança estabelecidos ao longo dos anos entre as famílias que foram se fixando no bairro, porém, ela demonstra ter conhecimento que este perfil de vizinhança está mudando, com a chegada de novos moradores ao bairro:

Olha, os “primeiro”, tinha o vizinho, tinha vez que mudava um outro segundo, a gente ficava conhecendo, né? Então, é cada época que um ia mudando, ia conhecendo.

Agora está mais difícil, porque mudaram as pessoas ali debaixo e a gente não sabe quem é que é, né? Mas antes por aqui a gente conhecia todo mundo. (Entrevista 08/09/2006).

“O pessoal lá debaixo” para Dona N. (61 anos) vai se materializando em nossa conversa, nos moradores da Favela Cantinho do Céu:

Lá começou, eles “tão” mais ou menos uns quinze anos, né? Começou aquilo lá. E o pessoal começou a invadir, fazer os seus ranchinhos. É, a COHAB tentou tirar, mas não conseguiu, porque cada vez que ela vai pra “tira”, então aumenta mais. Quando o pessoal descobre que a Prefeitura vai “tira”, aí, vem gente de tudo quanto é canto. E ali, “aposea” ali. Faz cada um o seu ranchinho, pra “dize” que se a Prefeitura “quisé” que eles saiam, então a Prefeitura tem que “paga” uma quantia. (Entrevista 08/09/2006).

Esses quinze anos que ela aponta associados a um período (entre 1993 e 1995) em que a favela teve uma maior expansão em número de moradores e unidades residenciais ocupando o espaço. Este aumento no número de famílias

e barracos no Cantinho do Céu parece ter trazido às vistas dos moradores do bairro a existência da favela como um elemento autônomo dentro do cotidiano do Jardim Paulista. Para Dona N. (61 anos), professora aposentada (hoje artesã) e que por muito tempo esteve ligada aos movimentos comunitários procurando estabelecer melhorias ao bairro, a presença da favela torna-se um empecilho para a valorização dos terrenos, considerando absurda a reivindicação dos moradores do Cantinho do Céu, de serem removidos ou para os fundos do Jardim Fortaleza ou para o terreno do antigo Frigorífico São José.

Já desde a época do Cheida, ele queria resolver esse problema. Mas o pessoal que “ta” lá, eles não aceitam. Porque eles querem ou nessa parte aqui (fundos dos Jardim Fortaleza), que já tem terra que sai lá naquela rua que sai no Cinco Conjunto, ou eles querem aqui no fundo da Volvo. Agora a Prefeitura não pode desapropriar uma área nobre. Porque aqui é área nobre, né? (Entrevista 08/09/2006).

Esta representação acerca do espaço como “área nobre” ou “área central” são figurações constantes nas falas dos moradores do bairro, que ora apontam para a comodidade de se morar próximo ao centro, ora apontam em uma área que pode ser melhor aproveitada e conseqüentemente ter uma valorização maior dos imóveis ali localizados.

Mesmo com este impasse entre a presença da favela e o desejo de removê-la para outra região do município, para Dona N. (61 anos) o bairro é um espaço tranquilo, bom para se morar, distante do cenário de violência que envolve outros bairros da cidade.

“Eu vim e venci”: uma avaliação do senhor J.F. (72 anos) sobre o bairro

O senhor J.F. (72 anos) veio para Londrina no ano de 1957, migrando do campo para a cidade, vítima da geada deste ano:

“Praqui” pro Paraná eu vim em quarenta e quatro. Em quarenta e quatro.

“Fizemo” lavoura de café, né? Aí, no frio de cinquenta e sete “nóis”...
Que a gente veio aqui para Londrina. (Entrevista 06/08/2006).

A aparência de sua residência reflete a constante transformação do espaço físico do bairro. Nossa conversa iniciou no seu quintal, um amplo espaço parcialmente recoberto de concreto. Com o entardecer fomos convidados a entrar em sua casa, como a sala estava ocupada por um de seus filhos, seu irmão e uma neta (estavam assistindo televisão), nos acomodamos em sua cozinha. A

cozinha como o restante da casa, não tinha forro e nem pintura, sua casa em geral como próprio entrevistado noticiava acabara de ser reformada, ou seja, ele tinha acabado de substituir a antiga construção em madeira por uma casa de alvenaria de cinco cômodos. Vindo do bairro rural do Limoeiro a procura de uma casa para alugar em um dos bairros da cidade, o senhor J. F. (72 anos) encontrou no Jardim Paulista, a possibilidade de ter a sua casa própria:

Olha, eu procurava uma casa para “aluga”. Mas depois que eu passei aqui, eu vi que “tava” sendo loteado aqui. Eu já tinha bastante influencia aqui. E aí eu resolvi “procura” o preço aqui e deu certo.

As pessoas que “tava” loteando fizeram condições pra gente pagar as prestações.

Então, aí, a gente veio “praqui”. Em vez de pagar aluguel a gente fez um barraco aqui. E estamos aqui até hoje. [...] é, era uma moradia de “taba”, sem planta, sem nada.

“Dispois”, mais tarde a prefeitura multou as pessoas que lotearam a vila. Ou seja, o Benjamim Nalim. Na época, né?

Então nos tivemos que desmanchar aquela e fazer outra.

Aí, eu comprei outra casa e montei aqui. Aí, dentro da planta já, né? E agora precisei reformar de novo. Antes era madeira, agora a gente fez de alvenaria. (Entrevista 06/08/2006).

O senhor J. F. (72 anos) por muitos anos foi o único fotógrafo do bairro, registrando com sua lente os momentos importantes do cotidiano. Homem pacato e morador da Rua Visconde de Guarapuava, diferentemente do senhor J. (78 anos), vê na Avenida Brasília um elemento positivo para o bairro:

Ah! Aqui pra “nóis” foi bom, né? Quando a gente mudou era uma pista, né? Depois eles duplicaram, aumentou o movimento. Eu acho que a vila “ta” melhor. Valorizou um pouco mais por causa dela. Aí, começou avir empresas por aí, como a Volvo e outras tanta aí. Aí, melhorou, a cidade chegou mais perto da gente. (Entrevista 06/08/2006).

Para ele o bairro está “ótimo”, enquanto morador que vivenciou toda a ausência de infra-estrutura no período e, tendo esta realidade vivenciada como parâmetro para definir as suas condições de vida hoje no bairro, ele vê na Avenida Brasília um dos fatores socioeconômicos responsáveis pela expansão do município e suas benesses até o bairro, trazendo, como afirma o entrevistado, emprego, luz, asfalto, o progresso para o local.

Quando a gente chegou aqui, só tinha terra, né? A luz “costumou”. É demorou muito tempo pra vim. A água também. Era água de poço. “Levou” vários anos para chegar a água e a luz. [...] “Demoro” pra vim o asfalto também. Mas veio. Hoje “ta” ótimo, né? “Temo” tudo aqui. (Entrevista 06/08/2006).

Quando indagado como ele, morador, vê o bairro em relação à violência. Este afirma certa calma que ora é interrompida por períodos de agitação:

Olha. Aqui é imprevisível. A “mema” que “ta” calmo, as vezes surge

alguma coisa aí, né? Mas em vista de outras vilas que a gente vê aí, né? Até posso dizer que é calmo. Porque tudo esses anos que eu moro aqui ninguém nunca se envolveu comigo ou com minha família, né? E as vezes, alguns aqui da vila que faz alguma coisa, faz fora daqui. Aqui eles não “mexe” com ninguém. Então não posso me queixar desta parte. (Entrevista 06/08/2006).

Mesmo reconhecendo a existência de criminosos na vizinhança, aparenta não se sentir incomodado, tendo em vista como ele próprio afirma nunca ter sido vitimado por esses indivíduos, e, sendo assim, a presença destes não o incomoda. O que parece incomodá-lo é a condição de miserabilidade que emana da favela Cantinho do Céu, segundo ele pela comodidade de seus moradores que não “lutaram para prosperar dentro do espaço”.

O candidato pode “faze” casa ali, “faze” rua, né? Mas o pessoal não cresce. É nesse sentido que eu “to” falando. Que para “cresce” tem que “trabalha”. Só cresce na vida através do trabalho. E ali. Esse povo, eles acostumaram num jeito que é só “bebe”, e “bebe” e “bebe”. E brigar e “tirá”.

O que mais que fazem? E não crescem. (Entrevista 06/08/2006).

Comparando a história do bairro à da favela, o senhor J.F. (72 anos) afirma que, no começo do bairro, as adversidades tanto para eles como para os moradores “lá debaixo” eram as mesmas, porém, enquanto o bairro foi se reconfigurando, melhorando sua estrutura, a favela continuou a mesma estática, esperando a vontade política do município. É o paradoxo do espaço de vizinhança que se mantém em sua fala, pautando-se na lógica da prosperidade, o agente vê o outro (moradores do Cantinho do Céu) como indivíduos passivos que se permitiram ficar à própria sorte, coloca-se como exemplo, padrão a ser seguido. Esta observação revela as tensões ocultadas no cotidiano de relações, manifestas em momentos de falas que ocultam-se na neutralidade do ouvinte.

“O Jardim Paulista é um só e nós temos que nos mobilizar”: uma leitura de Dona F.C. (54 anos).

Moradora no Jardim Paulista desde 1979 e casada com o filho mais velho do senhor J. (78 anos). Dona F.C. (54 anos) é ex-presidente da Associação de Moradores do Jardim Paulista e Fortaleza, do alto de sua residência na Rua Brigadeiro Franco, observa que os “eternos” problemas do bairro ainda permanecem. E esta continuidade, segundo a entrevistada se dá por dois motivos: a falta de mobilidade e atuação da atual Associação de Moradores e a falta de vontade política do poder público municipal em corresponder às

solicitações encaminhadas pelos moradores ao longo dos anos.

Funcionária de uma Faculdade Particular, e com dois filhos adultos, Dona F.C. (54 anos) vivencia há vinte e sete anos os problemas do bairro, desde os bueiros entupidos até a falta de serviços de saúde e o perigo da Avenida Brasília.

Em sua abordagem sobre o Jardim Paulista, ela vê a Avenida Brasília como o grande problema dos moradores do bairro, que, “isolados” pelas quatro vias da pista, se vêem expostos ao perigo de atravessá-la diariamente. Esta opinião é compartilhada com o seu esposo que também vê no “isolamento” do bairro o maior desafio para os moradores:

Nós estamos isolados aqui. Quando eles fizeram a Avenida, não pensaram em nós. Fecharam todas as nossas saídas para o centro. (W. 58 anos. Entrevista 02/09/2006).

Para ela, a Avenida Brasília representa um perigo maior para os idosos do bairro que procuram atendimentos médicos na Unidade Básica de Saúde do Centro Social Urbano da Vila Portuguesa.

A dificuldade de ir até lá, que é a pista, não tem passarela. Não tem viaduto. “Nóis” “tem” que “cruza” a pista. São quatro “pista”. (Entrevista 02/09/2006).

Contrária a alguns moradores que apontam a tranquilidade do bairro, a vizinha nos apresenta uma série de problemas que se arrastam no cotidiano do bairro há anos, em busca de solução. Problemas como a má conservação da Escola América Sabino Coimbra e a revitalização do Ribeirão Quati. Representam para a moradora, prioridades entre as necessidades do bairro. Em relação à reforma da escola, ela afirma que há tempos que foi solicitada, porém até hoje, o reclamo não foi atendido.

Até agora não veio a reforma. E já faz tempo hein? Que foi pedido a reforma. Pra ter um pátio maior, com cobertura. Porque quando chove ali também, olha. Ou você recolhe pra dentro da sala, ou você “empinhola” [amontoa] tudo ali na cozinha. Perto da cozinha. Porque não tem um pátio coberto. (Entrevista 02/09/2006).

Em relação ao Ribeirão Quati, ela acredita ser necessário para a revitalização do espaço, a remoção dos moradores da favela Cantinho do Céu, vistos pelos moradores como os grandes poluidores do ribeirão. Para ela, o espaço ocupado pela favela deveria ser transformado em uma área de lazer para os moradores, valorizando com isso os imóveis do bairro.

As melhorias no bairro, segundo a moradora, só serão possíveis mediante

uma melhor representação do bairro junto ao poder público municipal, ou seja, é necessário ter uma Associação de Moradores mais atuante, que realmente represente os interesses do bairro.

Infelizmente tive que entregar meu cargo. Tive que entregar porque já venceu. Aí a gente fez a eleição e eu não quis sair mais. Outra pessoa entrou. Aí a outra pessoa num levou pra frente. Aí fez dois anos, se você não construir nada naqueles dois anos. Você perde.²¹
Aí a gente perdeu de novo o terreno. [...] Eu acho que a única coisa que vai ali é o Posto de Saúde. Mas tem que ser uma pessoa de pulso mesmo. (Entrevista 02/09/2006).

Ao revelar o seu desinteresse em assumir outra vez a presidência da Associação de Moradores, ela nos afirmou ser muito desgastante, razão pela qual muitas vezes os moradores acabaram se “acomodando”, centralizando todas as responsabilidades do bairro na figura do presidente da Associação.

Considerações finais

Ao situarmos nossas discussões sobre os agentes sociais que vivenciam o cotidiano de um bairro pobre, promovemos uma discussão sobre a estruturação do espaço social a partir de sua própria dinâmica, revelando alguns aspectos das relações de sociabilidade entre os moradores do bairro. Ao longo desse artigo procuramos nos reportar a construção histórica do bairro e o paradoxo entre a representação local de uma cidade-progresso e os conflitos cotidianos de moradores do Jardim Paulista, literalmente lotados às margens do progresso.

Para isso fizemos de seus moradores “agentes deste processo histórico”, buscando em suas falas a identidade de pertença arraigada na gênese formadora do espaço. E esta construção histórica se dá em nossa leitura através das observações das histórias autobiográficas desses agentes, somadas aos padrões coletivos de memória sobre o espaço social e o município, postos em diálogo com a historiografia local, propondo ao leitor um entrecruzamento entre as camadas que compõem a narrativa historiográfica.

²¹ Acerca deste tema, o projeto de Lei nº 7.463, de 24 de julho de 1998, que autorizava a Associação de Moradores do Jardim Paulista o uso da praça do bairro de acordo com seu 1º e 3º parágrafo a construir uma extensão da Unidade Básica de Saúde do Centro Social Urbano da Vila Portuguesa. Em seu artigo 5º a Lei previa o prazo de início e conclusão da obra que foi prorrogada por duas vezes (1998 -2000 e 2001- 2003), não saindo esta da planta projetada para o espaço.

Bibliografia

ADUM, Sonia Maria Sperandio Lopes. *Imagens do Progresso: Civilização e Barbárie em Londrina – 1930/1960*. Dissertação de Mestrado. Assis: UNESP, 1991.

ALVES, Jolinda de Moraes. *História da Assistência Social ao pobres em Londrina: 1940 – 1980*. Tese de Doutorado em Serviço Social. Assis: UNESP, 2002.

ARIAS NETO, José Miguel. *O Eldorado: Londrina e o Norte do Paraná (1930-1975)*. Dissertação de Mestrado em História Social: São Paulo: USP, 1993.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: Entre a Memória e a História*. Tese de Doutorado em História Social. Assis: UNESP, 1997.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis, Vozes, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. O Espaço dos Pontos de Vista. IN: BOURDIEU, Pierre (org.). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis, Vozes, 2003.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CASTELNOU, Antonio Manoel N. *Panorama Geral da Arquitetura Londrinense*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Londrina: Centro de Estudos Superiores de Londrina – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer* [vol. 1]. Petrópolis: Vozes, 1994.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº. 10, 1992.

PRINS, Gwyn. História Oral. IN: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

RAZENDE, Nestor. *Ocupação do Espaço Urbano de Londrina*. Dissertação de Mestrado. Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco, S/D.

ROLIM, Rivail Carvalho. *O Policiamento e a Ordem: Histórias da Polícia em Londrina*. Londrina: Eduel, 1999.

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena – Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

SILVA, Flávia Galdino da. *Reforma Urbana: uma análise das transformações do espaço urbano londrinense nos anos 50*. Monografia de Especialização em História Social. Londrina: UEL, 2003.

SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. IN: GUARESCHI, Pedrinho e

André Camargo Lopes

As margens do progresso. A expansão urbana de Londrina nas representações de moradores ...

JOVCHELOVITCHI, Sandra (orgs.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995.

THOMPSON, Paul. História e comunidade. IN: *A Voz do Passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ZANI, Antonio Carlos. *Repertório Arquitetônico e Sistema Construtivo das Casas de Madeira de Londrina PR*. Dissertação de Mestrado. São Carlos: USP, 1989.

Colaboração recebida em 05/07/2009 e aprovada em 28/04/2010.